



Sindicato apoia proposta que protege trabalhadores de empresas caloteiras

O Sindicato dos Vigilantes de Barueri e a CNTV estão engajados em uma ação muito importante, que é o Projeto de Lei Anticalote.

Quem é funcionário terceirizado sabe que é comum as empresas encerrarem as atividades sem pagar salários, VT,

VR, Participação nos Resultados, férias, entre outros.

As empresas fecham as portas e não fazem a homologação, deixando de pagar os direitos trabalhistas e o Fundo de Garantia (FGTS).

Nenhum trabalhador merece passar por isso.



Projeto Anticalote do deputado estadual Luiz Cláudio Marcolino (PT), protocolado na Alesp, impede as empresas de darem calote nos trabalhadores terceirizados.

Proposta protocolada na Alesp

De autoria do deputado estadual Luiz Cláudio Marcolino (PT), o Projeto de Lei Anticalote foi protocolado no dia 28/04 na Alesp. O

Projeto era uma bandeira de campanha do parlamentar.

Segundo Marcolino, com a aprovação da proposta nunca mais os traba-

lhadores e trabalhadoras de empresas terceirizadas que prestam serviços ao estado de São Paulo deixarão de receber as verbas rescisórias

em caso de demissão sem justa causa e, principalmente, quando essas empresas fecharem suas portas de uma hora para outra.

Lei Anticalote já é realidade em outros Estados

A proposta já é uma realidade em outros Estados, entre eles a Bahia, o Ceará, o Maranhão, o Rio Grande do Norte e o Distrito Federal, mas em São Paulo nunca havia sido apresentada porque não tinha um deputado compromissado com os trabalhado-

res terceirizados.

Funciona assim: parte dos pagamentos do estado às empresas terceirizadas fica retido mensalmente em conta corrente de banco público com direito à movimentação somente após quitadas todas as dívidas trabalhistas.



MILHÕES DE TRABALHADORES PAULISTAS SEM PROTEÇÃO

Um levantamento mostrou que atualmente há cerca de 13 milhões de trabalhadores terceirizados no Estado de São Paulo.

Mas a inexistência de garantias de direitos trabalhistas abre brecha para que muitas empresas e seus responsáveis desapareçam sem quitar os direi-

tos dos trabalhadores.

Alguns trabalhadores passam anos plejando na Justiça na tentativa de reaver seus direitos. Alguns processos chegam a durar 20 anos e mesmo assim não conseguem receber o que lhes é de direito.



AUDIÊNCIA PÚBLICA ACONTECE NO DIA 06/07

A Audiência Pública que irá discutir a proposta acontece no dia 06/07, às 10 horas, no Auditório Franco Montoro, na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp).

A participação de todos é muito importante para que os parlamentares saibam como o calote é

comum e como essa prática prejudica os trabalhadores.

Você pode participar da Audiência Pública e pode cobrar o seu deputado para que vote a favor. Esse é um compromisso não só com os vigilantes, mas com todas as categorias de trabalhadores terceirizados.



**CONVIDE UM AMIGO PARA IR JUNTO À ALESP NO DIA 06/07
ESSA É UMA LEI QUE BENEFICIA TODOS OS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS!**

SEGMENTOS DE TRABALHADORES BENEFICIADOS COM A LEI:



- Vigilância
- Segurança pessoal
- Segurança patrimonial
- Limpeza
- Portaria e Recepção
- Manutenção predial
- Manutenção de equipamentos
- Telemarketing
- Construção civil
- Serviços de cobrança
- Transporte
- Saúde
- Entre outros